

Sarney

ESTADO DE SÃO PAULO

O fim do sonho?

O presidente da República se lembrará, sem dúvida, de que seu retiro em Curupu não serviu apenas para que se visse à deriva em uma lancha sem leme. Foi nas suas férias de fim de ano que s. exa. definiu o perfil de seu ministro da Fazenda, escolhendo um técnico, de preferência a um industrial — ou a um político, porque se fazia mestre executar a política econômico-financeira do presidente. Fomos dos poucos a alertar o chefe de governo para o risco imenso que assumia, fazendo saber que dali para a frente não se executaria mais a política do sr. Dílson Funaro ou do professor Bresser Pereira, mas a do presidente da República! O malogro da gestão Mailson da Nóbrega, lembrávamos, seria todo ele debitado ao presidente Sarney, e isso deveria ser evitado para o bem das instituições políticas, que não suportariam mais uma prova de que a Novíssima República não tem política econômico-financeira, nem quer ter.

O presidente da República parecia ter atentado para a seriedade do argumento. Nomeado o ministro Mailson da Nóbrega, o chefe de governo deu a impressão de que lhe havia entregado a direção da política econômico-financeira, dando-lhe o apoio necessário para que o combate ao déficit público fosse feito com a rapidez e o rigor que se impunham. A opinião pública compreendeu que as providências saneadoras demorassem em função da necessidade de o presidente da República obter da Assembléia Nacional Constituinte um como que aval para a política que pretendia realizar por intermédio do ministro da Fazenda. Compreendeu e deu o sursis indispensável. Agora, porém, em todos os setores de opinião começa a surgir o temor de que o ministro Mailson da Nóbrega não possa realizar a política que almeja, pois a suas ponderações começam a contrapor-se as opiniões e conveniências políticas do presidente da República. Em outras palavras, de atraso em atraso, o público começa a dar-se conta de que quem faz de fato a política econômico-financeira é o presidente da República, que continua preso a seus velhos princípios de não decidir coisa alguma que o indisponha com aquilo que ele imagina ser o favor do público.

É comprensível que o "efeito Ca-

marinha" faça o presidente da República pensar duas vezes antes de adotar qualquer providência na área dos vencimentos do funcionalismo público. Afinal, o ministro-chefe do EMFA, ao opor-se ao congelamento da URP apenas para os funcionários do Executivo, falava em nome de ponderável força de pressão. O problema é que ao "efeito Camarinha" poderá somar-se outro, vindo da Previdência Social, por exemplo; depois outro, promovido pelas estatais do setor energético, e em seguida um quarto e assim por diante. Cedendo a tantos "efeitos", que política pretende o presidente realizar para diminuir o déficit público? A rigor, nenhuma — essa a triste conclusão a que se pode chegar, à vista de tantas hesitações.

Não é apenas o chefe de governo que hesita. O governo todo está paralizado, dividido entre os que desejam demitir funcionários e os que são contra a providência; os que querem congelar a URP e os que apenas concordam com isso se houver congelamento de preços e salários em toda a economia; os que bradam pela liquidação das estatais improdutivas e pela privatização de algumas outras, e os que temem a desnacionalização da economia. Entre os que... O curioso é que enquanto todos discutem, o presidente sorri, como se fosse o Pequeno Príncipe da fábula, disposto a dar ordens a seus súditos, desde que sejam aquelas que eles gostariam de receber. Em outras palavras, enquanto o ministério se dilacera, o presidente aguarda — não se sabe o quê.

Na verdade, o passado recente permite supor que s. exa. está à espera da fórmula salvadora que concilie as necessidades de salvar o Estado e manter íntegro o sistema político com a compulsão interior que o leva a não criar atritos com velhos companheiros de Congresso, ou pessoas de cuja opinião depende para nortear suas ações. Pior que tudo, s. exa. sonha possível conciliar as opiniões que os marimbondos têm sobre a política econômica com as certezas que os ministros da Fazenda e do Planejamento possuem acerca da necessidade de agir ortodoxamente. Entre a assessoria íntima e os ministros, o presidente sempre preferiu a primeira — e dedicou-se com requintes de princípio renascentista a destruir a imagem de seus ministros

como se fossem outros tantos adversários seus. Na verdade, o presidente da República deseja fazer a política econômica que seus conselheiros mais intimos lhe garantem ser a melhor para granjejar prestígio. Ora, essa política, todos sabemos, não tem como resultado, em momento algum, a impopularidade. Os maus conselheiros do presidente parecem dizer-lhe todos os dias: "Por que criar atritos desnecessários se ao fim do processo tudo dará certo, como deu até agora? Apesar dos pessimistas, a economia cresceu quase 3% em 1987, a paz social está assegurada e não há necessidade de correr o risco de perder um ano de mandato só para atender aos que pensam que as normas ortodoxas são para ser aplicadas". O presidente ouve essas ponderações e, tirando a consequência delas, "frita" seus ministros. Ele não tem a rigor por que se preocupar; se não sabe, imagina que a crise provocada pela falta de decisão não virá neste ano, e talvez nem no próximo — portanto não o atingirá. Por isso nada faz de sério, preferindo compor. Não luta para defender uma idéia; pelo contrário, nada faz para que não o interpretem mal.

A demora na tomada de decisões só vem comprovar aquilo que se temia estivesse acontecendo: o ministro da Fazenda não tem como realizar a sua política. Deve fazer a política dos conselheiros do presidente e assumir a responsabilidade pelo malogro dela. O presidente, ao aceitar a demissão do professor Bresser Pereira, fez saber que o programa de combate ao déficit público de seu ministro era tímido, e que o dele, chefe do governo, seria firme. Até hoje, a propalada firmeza só se manifestou nas pressões sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

O presidente deve ter tido suas razões estratégicas para lutar contra os políticos: que aconteceria se a Assembléia fizesse greve contra as pressões? Nada! Se, porém, ao "efeito Camarinha" se somarem outros tantos, seria difícil governar em paz. O presidente José Sarney prefere governar em paz, deixando o Tesouro tornar-se vazio no governo de seu sucessor, a enfrentar agora as dificuldades e travar o bom combate. É uma opção pessoal que, infelizmente, apressará o fim do sonho do Brasil, potência moderna do século XX.